



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 4/2014

SESSÃO ORDINÁRIA

30 DE SETEMBRO DE 2014

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Mónica Serras

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze pelas 'vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Lista dos compromissos plurianuais;**
- 3. Compromissos plurianuais – liberalização do mercado de energia elétrica;**
- 4. Constituição da associação de municípios do Vale do Tejo;**
- 5. Contrato de concessão do direito de uso;**
- 6. Norma de controlo interno;**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Anacleto da Silva Batista, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Duarte Jorge da Silva Pedro, Francisco da Silva António, Francisco José Soares Lopes, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Maria Arminda da Luz Oliveira, Miguel Afonso Catalão Alves, Mónica Sofia Jorge Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Francisco Hall, Vítor Lopes Pires, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. -----

O Deputado Pedro Carreira justificou a sua ausência, tendo sido substituído, de acordo com o regimento, pelo Senhor deputado Francisco Hall. -----

Estiveram presentes os Senhores, Presidente e Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Rosa. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e duas abstenções. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu estar-se no dia 30 de setembro, praticamente com um ano de mandato e, na sua opinião, é importante refletir-se sobre o que tem sido este último ano de mandato, do ponto de vista funcional, dos próprios órgãos e também, fazer uma retrospectiva deste último ano e assinalar esta data. -----

Na sua perspetiva, dá-se por satisfeito, pelo que têm sido as Assembleia Municipais. Neste primeiro ano já se conseguiu descentralizar, sendo este um objetivo a seguir em próximas Assembleias, levando-as a outras freguesias do concelho, e, na sua opinião foi importante aquilo que se fez, levando a reunião a Santiago de Montalegre e o saldo, até à data, é positivo e gostaria de ouvir a opinião dos senhores deputados. -----

Continuou, referindo-se às Festas do Concelho e, mais uma vez, o que era importante vincar, ficou bem vincado, as mesmas têm um cunho muito peculiar, não se comparando a outras de outros concelhos. São festas que têm muito a ver com as associações, com a maneira de ser própria do Sardoal e que dispensam, à partida, para terem sucesso relativo, de grandes nomes e grandes investimentos pois como se sabe, não se está para grandes investimentos, nem grandes gastos de dinheiro e, a seu ver, o executivo camarário decidiu e bem, fazer as festas com o dinheiro que tinha. Com certeza que existiram pontos altos e outros que não foram tão fortes, como em outros anos, mas, no cômputo geral, enquanto sardoalense, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, ficou bastante satisfeito com a demonstração de dinâmica, que as diversas associações tiveram e, o que sobressalta à vista é o empenho de todos, em prol da sua associação e do concelho e que desemboca num resultado positivo para o concelho e, as pessoas que vieram ao Sardoal perceberam isso. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre um assunto que a todos preocupa como é a questão da Saúde Pública, pretendendo saber para quando está prevista a substituição dos telhados de placas de fibrocimento que contêm amianto, nas escolas, bem como os perigos que isso acarreta e, em outros edifícios, nomeadamente a junta de freguesia, se está para breve, se já foi feito esse levantamento e se sim, qual é o custo estimado para essa obra. -----

Continuou o Senhor deputado referindo-se à estrada do Vale da Amarela, que como se sabe é uma estrada que faz a triangulação com os residentes de S. Simão, Sardoal e Andreus. Quem vai do lado de

Sardoal, a curva é à direita, tendo inclinação própria do piso para a esquerda, em que a montante se encontra a ribeira e, o que se teme, devido ao piso que está esburacado, é a ocorrência de acidentes, que poderiam ser salvaguardados se a estrada não estivesse em tão más condições, perguntando para quando está previsto um novo asfalto, para os munícipes que utilizam aquela estrada nomeadamente no sentido de quem vai para Martinchel, Castelo de Bode, Tomar, etc. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e, referindo-se à questão da saúde pública, disse ter sido publicado recentemente um levantamento feito pelo Governo sobre os equipamentos públicos que tinham placas de fibrocimento e, um dos que constava, era o Agrupamento de Escolas de Sardoal, não sendo necessário que isso tivesse sido feito porque tem sido uma luta a requalificação do parque escolar. No princípio deste mandato voltou-se novamente a sensibilizar, solicitando uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, o qual recebeu o Senhor Presidente e o Vereador responsável pela área da educação, tendo sido apresentados os argumentos da Autarquia para a necessidade de requalificação do parque escolar. Um desses argumentos, que depois também foi enviado para o MaisCentro, para a CCDR Centro, foi precisamente as condições das placas de fibrocimento. Sendo certo que aquilo que foi dito até determinada altura, que o fibrocimento só seria prejudicial à saúde, se apresentasse estado de degradação, o que é certo, é que, neste momento apresenta e, a Autarquia fez um levantamento fotográfico, que foi enviado para o Ministério, para a CCDR e para a Comunidade para que seja partilhada a importância da requalificação do parque escolar, que mais não seja para que os alunos do concelho tenham outras condições de ensino. Agora tem-se também outra problemática, que é a questão da saúde. Sabe-se que no próximo Quadro Comunitário os investimentos nas escolas são chamados de prioridades negativas, o que não quer dizer que não vem dinheiro para as escolas, vem, esse problema também foi apresentado ao Senhor Ministro, no dia do concelho e ele até fez essa referência no seu discurso, por isso, todos estão a mobilizar esforços para que a requalificação do parque escolar seja urgente e que seja uma realidade não só pelas condições de aprendizagem que os alunos do concelho tenham, em relação aos outros concelhos limítrofes, mas também com este problema grave e ainda mais importante que é o da saúde pública. Aguarda-se que saiam os primeiros avisos de concursos públicos do Quadro Comunitário, que apareça esta prioridade negativa, que é reconhecida por todos, pela Comunidade Intermunicipal e pela CCDR. Foi convidado e esteve presente na escola o Senhor Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares que confirmou esta importância e como já disse, reuniu duas vezes desde que é Presidente de Câmara, com dois diretores regionais,

esperando que tenha sido suficientemente convincente, esperando que os decisores partilhem destas decisões. É claro que existem outros equipamentos e todos eles estão referenciados pelo governo, eventualmente para que possam ter uma prioridade na sua intervenção, mas na verdade e sem qualquer dúvida, aquele que mais preocupa a Autarquia é a sede do Agrupamento de Escolas. -----

Relativamente à estrada do Vale da Amarela, o Senhor deputado tem toda a razão quando diz que ela está num grande estado de degradação e que precisa de uma intervenção rápida. Infelizmente não é a única, há outras, nomeadamente, Casos Novos, Panascos, algumas também em Valhascos e Cabeça das Mós, Santiago de Montalegre, com necessidade de se investir nesta área. -----

Para o Vale da Amarela fez-se uma candidatura, juntamente com outras que tinham sido rebuscadas de avisos de candidatura anteriores para ver se ainda se conseguia obter financiamento de uns restos que existiam do QREN e infelizmente o concelho não foi contemplado. Os projetos estão prontos, está tudo em condições e logo que, haja abertura, dentro do próximo Quadro Comunitário, a Câmara irá candidatar-se. Na verdade, não é intenção da Autarquia estar à espera que se possa por um tapete novo de alcatrão e se ponha a estrada a 100%, tendo que levar alguns pequenos retoques, por uma questão de segurança e porque é uma via que tem algum movimento e é importante que se esta atento à segurança das pessoas, sendo certo que também é importante que as pessoas cumpram o código da estrada e os limites de velocidade e se assim for não haverá tanto risco e infelizmente há, quando as pessoas ultrapassam os limites de velocidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo-se ao Relatório da Inspeção, discutido na última Assembleia Municipal, e, na altura as palavras que proferiu foram: “ Das muitas críticas, se alguma coisa, podia ter em virtude menos correta, com certeza mesmo que havia uma entidade que era fiscalizadora e que poderia vir a pronunciar-se sobre a legalidade ou ilegalidade”. E essa entidade que é o Tribunal de Contas homologou as contas de 2010, com algumas recomendações e, a homologação acabou por dar razão áquilo que tinha dito, não se julgar antes do tempo e aguardar-se que a entidade se pronuncie. Se as contas de 2010 têm as recomendações que são mínimas e, pensa que neste momento, já estarão reduzidas a pouco mais de zero, esperava que naquele dia, da parte de quem acusou, tivesse a mesma resposta e dizer que nem tudo era mau e que alguma coisa tem melhorado. --

Congratula-se muito que tenha sido remetido este ofício do Tribunal e Contas da aprovação da conta relativa ao exercício de 2010, não só porque lhe vem dar razão nas críticas que na altura criticou mas também dizer, muito clara e abertamente, que há sempre que esperar a decisão final e essa com

certeza, nem mesmo o tribunal e contas e nenhuma entidade deixará de pedir contas e responsabilizar aquilo que seja de responsabilizar. Naquela assembleia também foi discutida a situação de alguém que estaria com termo de identidade e residência como se fosse o fim do mundo, tendo chamado a atenção para não se julgar quem ainda nem sequer está constituído arguido. -----

Entende que o bom é de enaltecer e o mau é de criticar, se há coisas no meio que devem ser apreciadas, então que sejam apreciadas. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia e respondendo ao deputado Anacleto Batista, referiu não sentir necessidade de acrescentar mais nada, porque o que o Senhor acabou de observar, já o tinha feito na tal Assembleia de Santiago de Montalegre, tendo frisado várias vezes que de facto existem melhorias nas contas dos anos seguintes, além de notar o seu exagero quando se refere a estas coisas no que toca à parte dos deputados do PS. -----

Continuou, referindo estar-se a celebrar um ano de mandato e sente-se a mudança em termos de executivo, do anterior para este, o que é de notar e de observar. Em termos de Assembleia Municipal, a última que se teve em Santiago de Montalegre, é um passo importante, que é a descentralização e que, à bancada do PS, muito apraz e terá todo o prazer em participar em Assembleias descentralizadas porque nem todas as pessoas terão oportunidade de se deslocar à sede do concelho, nos dias de assembleia, que por norma é feita à noite. -----

Relativamente às festas do concelho, felicitou a Associação Recreativa da Presa porque mais uma vez voltou a introduzir inovação nestas festas e que trabalhou bastante para que se fizesse uma coisa que é novidade nesta zona, que são os trails, as corridas na natureza, com percursos médios e longos. Os comentários que leu no facebook, das pessoas que participaram, é que estavam bastantes agradados e isso é de notar e de felicitar. -----

Referiu também que, relativamente ao planeamento feito, no sábado, ouviu algumas queixas de quem tinha as tasquinhas, que tinha faltado algo, não querendo desvalorizar de forma alguma as bandas, mas que em termos de captação de público e de retenção de pessoas no local, sugerindo uma reflexão sobre este tema, claro que as bandas filarmónicas são interessantes, para que em anos futuros se possa repensar este pormenor porque as associações de alguma forma também investem o seu tempo nestas tasquinhas e também é uma forma de os ajudar a realizar algum valor. -----

Continuou o Senhor deputado colocando algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, a ETAR de Andreus e de Valhascos, que serão da responsabilidade, agora, da Águas

do Centro, e que é preciso conservar, porque senão um dia destes ter-se á um problema ambiental grave com consequências depois para alguém, esperando que não seja para o Município. Em todo o caso, quem mora perto irá sofrer as consequências. Relembrou também as lagoas de evaporação até porque está a começar daqui a algumas semanas a época da apanha da azeitona e, se bem se recorda, antigamente havia uma licença provisória do Ministério do Ambiente e, do que se recorda, estaria já caducada, não sabendo se houve evolução nesta matéria, sendo preferível, claro, usar este processo de evaporação do que deixar que as águas ruças sejam despejadas nas ribeiras. -----

Questionou o Senhor Presidente sobre as viagens que se realizaram desde a última Assembleia, nomeadamente dos jovens e dos séniores, relativamente aos custos, quanto custaram e quem é que as pagou, nomeadamente, se quem usufruiu das viagens se participou no custo das mesmas ou não. Sobre a viagem dos séniores parece que houve um problema de planeamento, porque do que se apercebeu, em termos de visita ao Palácio de Belém, não sabendo se ocorreu com todas as viagens, o palácio estava fechado para manutenção e não se pôde visitar ou a visita foi mais curta do que o previsto. -----

Sobre esta questão dos custos, gostava de chamar a atenção para uma decisão do Tribunal de Contas que é a sentença número onze, de dois mil e catorze, que se refere a um processo do Instituto de Recuperação Habitacional, em que a matéria não tem a ver com viagens nem com esta temática, mas que é uma temática que na sua opinião esta fundamentada e, os fundamentos é que interessam neste caso, sugerindo que seja pesquisada no site do Tribunal de Contas e que convinha que se lesse com atenção, porque aqueles princípios serão válidos para as viagens e aquilo que é dito é que, quem beneficia deste tipo de benefícios tem de participar os custos. -----

O Senhor deputado referiu-se à Assembleia realizada em Santiago de Montalegre, que de facto é de louvar, mais uma vez, querendo chamar à atenção ao Senhor Presidente da Mesa, seguramente que não foi premeditado, mas no ultimo tema que supostamente deveria ser um debate, o tempo acabou por se ter tornado escasso para debater e, inclusive da parte da bancada do Partido Social Democrata, não houve sequer intervenções, salvo uma ou outra. O Senhor Presidente da Câmara fez questão de usar do tempo e disse o que entendeu, mas, com o devido respeito acabou de anular o debate que poderia ter surgido. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que não faltarão oportunidades para se debater o assunto porquanto o mesmo é tão transversal que entra em todas as discussões. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente Câmara referindo-se à diferença existente na outra Assembleia, não querendo criticar o modelo da anterior e que, como Presidente tem sentido da parte de todos os deputados, vontade em resolver todos os problemas do Concelho de uma forma cordial, sincera, fazendo votos que assim sempre aconteça, com as informações completas, como foi o caso desta da ARU e que deixou algum apetite de limpar a casa e ver o que é que se passava, manifestando a sua satisfação por esta cordialidade que tem sido uma constante. -----

Sobre as festas do concelho, disse que fazer festas com pouco dinheiro, não é para todos, não é fácil, o total dos custos das festas é inferior a um espetáculo de algumas festas de outros concelhos. Os custos não estão totalmente apurados mas pensa que não ultrapassarão os trinta mil euros. A festa foi feita à dimensão da Autarquia, com as associações, com a capacidade organizativa da Câmara mas também ao mesmo tempo com muita inovação e como o senhor deputado Adérito muito bem referiu, com uma enorme participação de todas as associações, umas com um papel mais visível, outras num trabalho mais de retaguarda, até mesmo contribuindo para o sucesso do que foi o ultra trail que, só com uma associação não era possível ter esta logística no terreno, tendo existido uma concertação, um apoio interassociativo que é de louvar e que, infelizmente, não é fácil de encontrar noutros municípios. Os sardoalenses estão todos de parabéns porque realmente o concelho teve as suas festas. É verdade que em termos de cabeças de cartazes, o que se teve foram os grupos desta região, no sábado apostou-se nas filarmónicas, que costumam fazer o encontro de bandas no Centro Cultural, mas atendendo à logística que foi precisa, até no terreno para a Companhia Nacional de Bailado, não foi possível que o concerto fosse ali feito, até porque o término do mesmo foi muito para além do desejado e infelizmente teve realmente impacto nas associações. -----

Referiu que no dia anterior tinha reunido com os trabalhadores da Câmara que foram líderes nas diferentes áreas das festas, tendo sido feita uma avaliação daquilo que foram as festas, porque se quer começar já a corrigir aquilo que falhou para o próximo ano e para que não se esqueçam, irá fazer-se o registo de tudo. -----

Se se tivesse mais dinheiro trazer-se-ia outro tipo de cabeça de cartaz para os outros dias, sendo certo que não trocava a Companhia Nacional de Bailado por outros grandes nomes da música, porque foi realmente um momento importante para o concelho e que não termina na simples hora e meia de apresentação. Foi um investimento em termos de cultura para o futuro, a quantidade de pessoas que ali estiveram, o agrado que as pessoas tiveram, desde o Presidente do São Carlos, o Presidente do

Aparte, músicos de nome internacional como o Adriano Jordão, os próprios bailarinos, um deles o Pinilhos, de quem conhece o seu trabalho artístico há muitos anos, estava feliz porque também lhe foi dada a oportunidade de dignificar aquilo que é o seu trabalho de uma forma diferente, poder desbravar caminho, trazer este tipo de espetáculo a uma assistência que, se calhar 90%, nunca tinha assistido a um espetáculo de dança com este nível, não está a errar certamente. Também foi muito interessante ver que a itinerância desta temporada da Companhia Nacional de Bailado tinha espetáculos em Lisboa, Porto, Braga Guimarães, Gotemburgo e claro Sardoal, esperando que tenha impacto em Gotemburgo e que toda a gente para o ano queira saber onde fica o Sardoal e venham visitar o concelho. Foi um momento altíssimo de cultura, de arte, de beleza, assim como todos os outros. As filarmónicas, a Filarmónica de Sardoal está cada vez melhor, o desporto, as associações desportivas, os Resineiros, todas elas foram incansáveis no sucesso das festas. -----

Relativamente às ETAR's, é verdade que a Câmara tem essa preocupação, a responsabilidade das mesmas é de todos, de quem gere os destinos do concelho, tendo sido transmitido à empresa Águas do Centro que a Autarquia quer que se faça uma intervenção, para que não se tenha um acidente ambiental. Como se sabe, está em construção a nova ETAR, mas não se quer com isto, que haja menor preocupação para com a já existente. -----

Relativamente às viagens, se algo está mal em relação às mesmas, então todos os Presidentes de Câmara do país vão presos, porque todos eles, pensa, fazem viagens, pelo menos dos idosos. As viagens dos idosos fazem parte do Projeto de Apoio Municipal à Pessoa Idosa e, na sua opinião, não lhe parece que haja qualquer irregularidade nesse sentido, nem que tenha havido alguma alteração na legislação, no âmbito social, são competências dos municípios, o apoio aos idosos, o desenvolvimento de atividades, assim como para os jovens, faz parte da Lei 75, faz parte daquilo que são competências e, é nesse âmbito que a Autarquia faz as viagens para os idosos, até porque tem regras, não é qualquer um que vai. Em relação aos jovens, o concelho tem vinte anos de viagens, não acreditando que haja alguma ilegalidade, nesta matéria. Sobre os custos, naquele momento não os tem presentes, mas os mesmos foram apresentados em reunião de Câmara, inclusive, antes das viagens foi dito que elas não teriam um custo superior a "X". -----

Quanto ao programa da viagem dos idosos, estava tudo bem, visitariam a Presidência da República e depois os Jardins e o Palácio de Belém, tendo conversado várias vezes com o diretor da Presidência da República, que se disponibilizou para ajudar nestas viagens, mas à própria da hora telefonou a

informar da indisponibilidade de se visitar o Palácio, contudo pensa que todos visitaram o museu e os jardins. Como alternativa, visitaram Óbidos e, tendo acompanhado uma parte da viagem, testemunhou a alegria e o aproveitar deste dia muito bom e que, de acordo com aquilo que é as competências e responsabilidades da Autarquia, é para continuar, assim permita o tempo. A viagem dos idosos não ultrapassou cada uma, os duzentos e cinquenta euros, custos de portagens e gasóleo e a refeição foi comparticipada pelos participantes. -----

Relativamente às lagoas de evaporação, informou ter tido uma reunião, no princípio do mês de setembro, com as cooperativas dos diferentes lagares, com quem a Câmara Municipal tinha um protocolo, tendo a Câmara apresentado as suas dúvidas, algumas sugestões e, irão reunir outra vez muito brevemente, para se rever o protocolo. O que se tem garantido e que vai ser assegurado sem qualquer problema, é a questão ambiental, as lagoas de evaporação têm licença válida salvo erro por mais dois anos, pelo menos para este ano é garantido que tenham, assim como o eventual transporte das águas ruças. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que em relação ao que tinha dito o deputado Adérito Garcia sobre o relatório que veio, há expressões que, se fosse o próprio a dizer para a bancada do Partido Socialista, certamente já tinha sido crucificado. Tudo aquilo que seja bom para o concelho, congratula-se, tudo o que seja mau, no entendimento do deputado Adérito Garcia, pode discordar da sua opinião, portanto não precisa de dizer as coisas referindo que é para o agradar porque não fica nada contente nem nada triste pelos pontos de vista do deputado, ficará triste é no dia em que não tenha realizações neste concelho, em que não haja viagens para os idosos, em que não haja as viagens com os jovens. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras para felicitar o município pela criação do Gabinete de Apoio ao Empresário, na sua opinião é uma estrutura importante para o desenvolvimento económico do concelho e tudo o que puder ser feito para atrair novas empresas, para criar novos empregos, fixar as pessoas e aumentar a população, é bem-vindo e o município está de parabéns e é preciso estimular o empreendedorismo no concelho. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para convidar os Senhores deputados a estarem presentes na segunda-feira seguinte, onde se vão reunir no Centro Cultural Gil Vicente, empresários, investidores, juntas de freguesias, associações, todas as pessoas que poderão ter algum papel importante, não só no investimento, na criação de emprego e também no próximo quadro comunitário de apoio. -----

O GAE, Gabinete de Apoio ao Empresário, vai viver também com parceiros, um deles, que já está protocolado é a NERSANT, brevemente será também a Tagus Valey, além daqueles que institucionalmente o são, o caso da Associação Tagus e da Comunidade Intermunicipal e os responsáveis dos diferentes programas temáticos, diferentes dos programas operacionais, neste caso, o PO Regional Centro, no qual a Câmara se irá apoiar, com vista ao próximo Quadro Comunitário de Apoio. Conta também ter uma sala cheia porque as pessoas são interessadas, com aquilo que a Câmara tem para mostrar e a disponibilidade em apoiar os investidores, empresários, de acordo com aquilo que aí vem a que todos vão estar muito atentos que é o Quadro Comunitário de Apoio. -----
Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que quando se referiu ao deputado Anacleto Batista, quando observava as coisas boas, era só para que notasse que quando há coisas boas, a bancada do PS também as sabe reconhecer e, tem-no feito com alguma frequência. Sobre as considerações feitas sobre o relatório de contas, muitas delas vêm no próprio documento, não conseguindo perceber o espanto do deputado Anacleto Batista. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ter tido em consideração a sugestão do Senhor deputado Adérito Garcia na última Assembleia, sendo certo que nem tudo foi possível esmiuçar como seria para que tivesse uma informação mais detalhada, mostrando-se disponível para esclarecer dúvidas que possam estar no relatório e que não sejam tão perceptíveis ou evidentes pois muitas das reuniões a que no documento se faz referência são as institucionais, nas quais a Câmara participa no âmbito da Comunidade, do Agrupamento de Escolas, da Tagus e outras, algumas reuniões com responsáveis e decisores do futuro de todos e do país, a grande melhoria das instalações, salientando aquilo que é facilmente visível, as obras, com alguma profundidade que estão a ser realizadas nos Paços do Concelho, referindo que não é pelo facto de se ter uma cara lavada, entende que, se a estratégia da Câmara passa pela criação de emprego, por motivo de agradar a todas as pessoas, tem de se ter uma sala e um cartão-de-visita minimamente apresentável. Claro que faz muito bem ao ego ter o edifício da Câmara muito bonito, mas não se quer que tenha o efeito contrário em alguém que quer vir investir no concelho e pergunta se aquilo que se tem numa primeira fase para apresentar era

uns Paços do Concelho nada idênticos aqueles que se tem numa determinada região. Foi uma prioridade além de que também é importante criar boas condições de trabalho aos trabalhadores, que naquela casa e noutros locais têm a sua atividade. Há também uma intervenção muito importante ao nível da eficiência energética, onde se irá ter ganhos. -----

Continua-se no âmbito da formação CEFA, Centro de Estudos e Formação Autárquica, com os funcionários, alguns deles dirigentes e, que tem dado resultados, sendo um dos primeiros frutos dessa formação, um dos pontos da Ordem de Trabalhos. Salientou também o trabalho que se tem tido com as diferentes associações, reuniões, os protocolos que têm sido celebrados, sempre no âmbito daquilo que são as responsabilidades e competências, na Lei 75, em que se delega essas competências, nas associações, porque a Câmara não tem capacidade de as fazer. -----

Relativamente às contas, continua-se com uma redução do défice em relação à última sessão, que é de 5%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 16%, o que dá quase um milhão de euros de redução. -----

Fez referência também à ARU – Área de Reabilitação Urbana, que conta no mês de outubro levar à aprovação em reunião de Câmara, instrumento de gestão urbanística e de incentivo também para que os munícipes possam melhorar os seus prédios, as suas casas, com incentivos da ordem fiscal, estando-se a finalizar o estudo, apoiados por uma empresa de arquitetura e que será uma realidade, a sua aprovação, ou não. -----

Salientou também as reuniões havidas com o Instituto Politécnico de Tomar, para aquilo que em breve, acredita, será uma realidade, que é a existência de um Curso Técnico Superior Profissional na sede de concelho de Sardoal. É um curso superior profissional, como o nome indica, de produção artística de conservação e restauro, de nível 5, não vindo substituir os 7's, porque vai mais além destes, com três semestres, mais um de estágio, havendo cerca de quarenta pré inscrições, muitas delas, na sua grande maioria do concelho, jovens e menos jovens da região, bastantes, alguns de fora, menos, que vêm aqui uma oportunidade, para alterar aquilo que é o seu percurso até aqui, vendo a formação numa perspetiva de arranjar uma situação de emprego, acreditando que tudo isto faz parte de uma estratégia que tem vindo a ser definida desde o principio deste mandato, tudo isto está a ser construído a pouco e pouco e acredita que se está a ir no bom caminho. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Aderito Garcia, referindo-se ao Edifício Paços do Concelho, em que regista com agrado a manutenção atrasada que esta a ser feita. -----

Questionou qual o ponto da situação da Barragem da Lapa, no que concerne à reparação dos danos e, sobre o PDM. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ter reunido com o Presidente do Grupo Lena, uma reunião por si solicitada, pois entende que tem de haver uma relação institucional, as questões têm sido tratadas ao nível dos técnicos e o executivo tem acompanhado, mas nunca ouviu a posição do Grupo Lena em relação à barragem da Lapa, tendo pedido o seu envolvimento pessoal para que se consiga rapidamente ultrapassar aquilo que não deixa nada bem na fotografia, não só município de Sardoal, mas também a própria empresa. É algo que se arrasta há muito tempo, não havendo razão nem justificação. O Grupo Lena assume e, aquele projeto de reabilitação que foi ao INAG, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente e que depois veio com um parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com algumas recomendações, as quais foram contestadas pelo projetista e que, há pouco tempo, veio o parecer final de concordância com aquilo que tinha sido apresentado pelo projetista para a reabilitação da barragem. Foi sugerido que as três entidades com interesse na barragem se sentassem, para se definir uma calendarização, para que se dê início às obras. O compromisso da Autarquia é que este assunto não pode nem vai ultrapassar este mandato.-----

Sobre o PDM informou ter tido naquele dia uma reunião final dos trabalhos preparatórios com a empresa que vai desenvolver o trabalho do PDM, existindo uma calendarização, em que no mês de outubro irão começar os trabalhos preliminares de informação base, depois prolongar-se-ão por 2015 e tem-se como timing, se tudo depender da Câmara, porque há componentes que não dependem da Câmara, dependem do Estado, dos Ministérios, das Comissões de Acompanhamento, mas se depender da Câmara, pretende-se que a revisão PDM esteja concluído em dezembro de 2016. Inclusivamente aquilo que se fala, como a discussão pública, as suas fases, bem como as de acompanhamento, de reuniões, está tudo calendarizado, não há que esperar mais tempo. -----

2. Lista dos Compromissos Plurianuais;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Compromissos Plurianuais – Liberalização do Mercado de Energia Elétrica;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que informou que este documento é uma proposta para se aderir ao Mercado Livre com previsão de investimento de 42 mil euros no ano de 2014, 214 500 euros em 2015. O que se vai fazer é, através do Acordo Quadro da Comunidade da plataforma de compras da Comunidade Intermunicipal, em que existem dois concorrentes, a Petrogal e a EDP, por

isso, a Câmara através da Central de Compras da Comunidade, vai tentar que o preço seja o melhor possível para a energia. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando qual é a poupança estimada, ao que o Senhor Presidente respondeu que irá ficar de certeza absoluta muito mais barato. Neste momento está-se com os Acordos Quadro, o processo está a ser desenvolvido, não podendo precisar um valor, havendo municípios mais atrativos que o Sardoal, pelo consumo que têm, daí a vantagem de ser em comunidade, é também que se consiga criar alguma economia de escala para que se tenha o menor valor possível. -----

Considerando a alínea c) do artigo 6º da Lei nro. 8/ 2012, de 21 de fevereiro a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a autorização prévia para a celebração do procedimento, com a seguinte votação: 18 votos a favor. -----

Verificou-se a ausência do Senhor deputado Luis Grácio no momento da votação. -----
Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4. Constituição da Associação de Municípios do Vale do Tejo;

O Senhor Presidente da Câmara informou que esta é uma entidade que por força da Lei, procura substituir, se for essa a vontade dos municípios, a anterior Assembleia Distrital, tendo havido uma reunião em Santarém, em que foi aprovado por todos os municípios presentes, a constituição e adesão a esta Associação de Municípios do Vale do Tejo, que tem como objetivo gerir o património, nomeadamente o arquivo distrital e também a Colónia da Nazaré, este era um equipamento que muitos dos jovens do concelho usufruíram no verão e que agora está a precisar de obras, tendo a Assembleia algum património e dinheiro que pode investir e é esta a intenção de todos os municípios do Ribatejo, porque não é só uma comunidade ou outra, é a junção das duas comunidades. Tem uma cota de cerca de trezentos e dezanove euros mensais, tem um património de cerca de setecentos mil euros e na verdade há muito por receber, existindo também dois funcionários, que transitariam para a Associação. Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras questionando se a Associação tem algum custo para o município, ao que o Senhor Presidente respondeu que sim, cerca de 319,23€ por mês. -----

Considerando a Lei nro. 36/ 2014, de 26 de junho, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a constituição da Associação de Municípios do Vale do Tejo, com a seguinte votação: 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. Contrato de Concessão do Direito de Uso;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que no início do mandato, o executivo definiu, olhando para aquilo que eram as potencialidades do município, uma estratégia, a qual passa pelo turismo, pelo desenvolvimento do turismo, religioso, natureza e também cultural. Para que este desenvolvimento turístico possa ter algum retorno económico, possa ser gerador de riqueza, de criação de postos de trabalho e desenvolvimento da região, há um conjunto de equipamentos que na verdade a Autarquia precisa de ter. Não basta ter-se igrejas muito bonitas, ter-se um oratório de arte NamBam, ter-se os Quadros do Mestre de Sardoal e com tudo isto, as pessoas visitam o concelho com muita frequência, mas depois, como não se tem uma resposta com a necessidade que se devia ter, o dinheiro é gasto à volta do concelho, noutra região ou noutros municípios que não no Sardoal. -----

O Senhor Presidente da Câmara chamou a atenção para o facto de o turismo fazer parte do Ministério da Economia, por alguma razão é, porque com o turismo, quer-se gerar riqueza, criar postos de trabalho, fixar pessoas no concelho. -----

Continuou, referindo que no princípio do mandato, o executivo apresentou esta estratégia, tendo convidado uma quantidade enorme de pessoas que poderiam ter alguma influência ou intervenção dentro desta área, desde o Presidente do IPT, deputados com assento na Assembleia da República, do distrito de Santarém, Presidente da CCDR, colegas Presidentes de Câmara, jornalistas, o Presidente do Turismo do Centro, todas estas entidades foram uma aposta forte da parte do executivo para que visitassem o Sardoal, para que percebessem que aquilo que é dito e transmitido, muitas vezes na frieza de uma sala de reuniões, vai muito para além, podendo eventualmente transmitir com alguma emoção, aquilo que o concelho tem de bom, a capacidade que o concelho tem em termos turísticos, mas na verdade apesar de, com alguma emoção e algum entusiasmo o fazer, quando o concelho é visitado, as pessoas ficam muito admiradas e partilham desta opinião e das ideias, de que há realmente um potencial enorme e que é preciso explorar. Isto não é novidade, pois todos conhecem a natureza, o

património, as capacidades, a cultura, tudo sobre o concelho, por isso é importante que haja um conjunto de equipamentos associados e, que esta estratégia vingue, como já tinha dito, está a vingar e a dar os seus frutos, porque, com a abertura do curso do IPT, no âmbito da arte e do restauro, proposta apresentada pelo Senhor Presidente do IPT, porque partilhou com o executivo, esta estratégia, que tinha pés para andar e tinha de resultar. Foi feita divulgação, porque é importante que as pessoas percebam, não só aqueles que possam vir ao concelho, mas aqueles que um dia poderão decidir o futuro do concelho, em termos de equipamentos, de financiamentos, é importante que quando se lhes chegue com os projetos, não fiquem equivocados sobre qual é o concelho, pois por vezes Sardoal é confundido com Sabugal. -----

Tudo o que tem acontecido, no âmbito de toda esta estratégia, de divulgação da importância que tem e de se sentir que há outros parceiros que acompanham e, que também vêm essa possibilidade, surgiu uma proposta do Senhor Manuel Ribeiro, sócio gerente da empresa Marini, que olhando para aquilo que era o património da Autarquia, propôs a recuperação da Casa Grande ou Casa dos Almeidas, um edifício classificado, de interesse cultural e que todos conhecem por fora, mas não por dentro, o qual está num grande estado elevado de degradação, sendo urgente que se faça qualquer coisa. -----

Esta proposta visa a preservação deste património estratégico, fundamental, de importância histórica e cultural, para o concelho e para a região, tem-se a oportunidade de ter um equipamento, essa é a proposta, um investimento que poderá ir até aos quatro milhões de euros, um equipamento que tem a possibilidade de criação de postos de trabalho diretos, entre 12 a 15, para além dos indiretos, tem-se algo que faz falta ao concelho, para que as pessoas que visitam o concelho, possam apreciar os monumentos, mas que depois tenham resposta para poderem ser alojadas, para além do equipamento que já se tem, mas que não é suficiente nesta estratégia do executivo, porque a mesma vai para além dos 92 quilómetros quadrados. Quando se olha para o turismo, não se pode pensar que se está orgulhosamente só e tem-se a facilidade e o privilégio de estar e, porque se fala em turismo religioso numa região, que do mundo é das mais visitadas, estando a referir-se a Fátima, que faz parte do concelho de Ourém e da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Há uma estratégia comum também, em termos de comunidade, que passa pela possibilidade e pela vontade que todos têm em partilhar todos estes recursos e fazer um eixo, que é fundamental. -----

O que acontece em Fátima, é um fenómeno muito estranho, as pessoas vão a Lisboa, vão ao Porto, fixam-se em Lisboa ou no Porto e depois alugam um autocarro ou apanham um circuito turístico e vão a

Fátima, vão à Nazaré e depois regressam a Lisboa ou ao Porto e, não é isto que se quer, o que se quer é captar pessoas, turistas para este território e que os mesmos tenham capacidade ou que o concelho tenha capacidade, de ter neste território, turistas que possam estar, dois ou três dias em Fátima, Ourém, Tomar e também venham ao Sardoal e estar aqui mais dois ou três dias. Esta estratégia não é do executivo, é uma estratégia regional e que tem de dar frutos. -----

Surge esta oportunidade, de um investimento significativo, está-se a falar de 3 a 4 milhões de euros, da criação de postos de trabalho diretos mas também indiretos, está-se a falar também que com este circuito turístico e, há esta intenção, dos próprios promotores com os quais se articula e de outros municípios, porque esta estratégia não vai só passar pelo município de Sardoal, mas também por outros municípios vizinhos, para que se possa fixar estes turistas mais tempo do que aquele que eles estão neste território, que possam animar, dinamizar as pequenas economias locais, que possam provar e comprar o bom vinho da região, que possam visitar o património, usufruir da natureza, recordando que recentemente foram inaugurados dois percursos pedestres, que fazem parte desta estratégia de desenvolvimento turístico da região, por isso, tem-se esta possibilidade. -----

A proposta apresentada, foi pensada e repensada, não é fácil, exige coragem política também, para assumir uma situação destas, mas não há qualquer dúvida, pela importância que tem, pela importância do edifício, por aquilo que representa para os sardoalenses, mas também pela importância e por aquilo que representa, é responsabilidade da Câmara, tudo fazer, para que ele se mantenha em bom estado e tenha uso, para que seja na verdade, devolvido aos sardoalenses e eles também possam usufruir daqueles equipamentos que vão surgir, nesta resposta de turismo de charme, deste hotel de charme, ou como queiram chamar. -----

É uma proposta que está balizada, em termos de número de quartos e, aquilo que é a intenção, chamando a atenção dos deputados que puderam ter contacto, com aquilo que consideram simplesmente uma ideia, aquilo que se viu no átrio da Casa Grande, não é mais do que uma ideia, porque, existe esta ideia, mas até se concretizar, tem passos muito completos. Tem o IGESPAR que vai acompanhar uma obra, tem todas as regras do urbanismo, que serão rigorosamente respeitadas e será salvaguardada a história deste património, daquilo que de valioso tem, não se vai de modo algum, até por força da Lei, prescindir. Referiu que é intenção dos promotores criar 43 quartos, distribuídos por quartos individuais, por suites, suites juniores, quartos duplos adaptados a pessoas com mobilidade reduzida, um restaurante, que é uma oferta escassa no concelho, um conjunto de equipamentos que

podem ser utilizados não só pela pessoas que se irão alojar neste estabelecimento hoteleiro, mas também por todos os sardoalenses. -----

Não faz qualquer sentido que se tenha adquirido aquele edifício sem ter uma proposta ou ideia para que não se deixasse que o mesmo chegasse ao estado em que chegou, não basta comprar, é preciso ter a certeza que depois se tem capacidade para manter ou para reconstruir ou requalificar, ou pelo menos que se tenha a certeza e a força de que nunca se irá perdê-lo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão, referindo ter sido com agrado que ouviu as palavras do Senhor Presidente da Câmara e que é de louvar o trabalho que se está a fazer para se dinamizar todo o turismo e tudo de bom que o Sardoal tem para oferecer, não só aos Sardoalenses, mas a quem visita, mas sobre este tema concreto, é obvio que é uma mais-valia e uma boa ideia tentar encontrar uma solução para que a Casa Grande não caia, mas tem de se ter uma atenção muito grande porque o contrato por 50 anos, é um contrato muito grande e, aquilo que quer dizer, não é uma crítica mas um alerta, depois de ter lido o documento, na sua opinião, falta algo, deveria ter-se mais garantias sobre o que vai acontecer e sobre tudo o que se vai realizar. Todos têm a perceção e o conhecimento de que os tempos não são favoráveis ou estes investimentos são arriscados e, seria muito mau, de uma ideia que é de louvar, ser mais uma pedra no sapato para o município e, na sua opinião, o que queria alertar é que este contrato de concessão não fosse outro contrato Águas do Centro. Como o Senhor Presidente sabe, obviamente que não o culpa, nem aos atuais responsáveis pelo município, mas que deveria ter mais cautelas e, se as tivesse tido, provavelmente hoje não se debateria estes assuntos, como se falou na ETAR de Andreus, não falando de outros. -----

Na opinião da bancada parlamentar do GIS, deveria de haver mais algum cuidado, com algumas cláusulas, pelo menos haver mais algumas garantias, para que tudo se concretize da forma que está pensada, porque aí sim era uma boa ideia. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Duarte Pedro dizendo que, sendo este imóvel classificado como interesse público, deverá ter parecer do IGESPAR, questiona, caso o IGESPAR emita parecer desfavorável, ao fim pretendido que é hoteleiro, se o imóvel reverte para a Câmara ou fica cedido à mesma entidade, à Marini. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que face a tudo o que é e, num contrato deste género, se o fim para o qual vai ser celebrado, não for exequível, evidentemente que o imóvel regressa à posse do proprietário, aliás, findos os 50 anos, ele regressará com tudo o que lá estiver, à

posse do proprietário, que continuará a ser sempre o Município de Sardoal. O seu temor está relacionado com, face às dificuldades de uma outra coisa muito mais pequena também no Sardoal, que andou desde 2009 a 2013 para ser aprovado, um projeto para a reconstrução de um edifício e que quando chegarem os senhores arqueólogos e que encontrem algo, se isso surgir é possível que o empreiteiro não queira continuar a obra. Recuperar património para ficar edificado sempre e porque é sempre propriedade do município, o edifício nunca vai ser propriedade da sociedade, vai ser o uso e, a concessão é do direito de uso, não tem outra finalidade. Também pode ser invocado a usucapião de mais de 30 anos, não havendo usucapião, porque isto é uma concessão, a qual tem um determinado prazo, se se deixar passar o prazo por mais vinte é que pode ser invocado o usucapião, mas enquanto durar estes 50 anos, não há qualquer prejuízo para o município, antes pelo contrário, se a obra for até ao fim e ficar a funcionar, só há benefícios para o Município, independentemente dos benefícios que já foram apontados para o concelho.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dirigindo-se ao Senhor deputado Paulo Falcão, referindo que este protocolo foi esmiuçado pelo executivo, pelos serviços da Câmara, técnicos e jurídicos. Houve contactos com outros que não foram tão além como a Câmara foi, por sugestões feitas por várias entidades, tendo a certeza que estará salvaguardado o interesse do município, porque há cláusulas que dizem que, se o equipamento deixar de funcionar para o fim a que se destina, por um período de 12 meses, regressa ao município, não lhe parecendo também que haja um investidor que vai fazer um investimento na ordem dos 3 ou 4 milhões de euros e não esteja à espera, depois de o por a render, de ter algum retorno económico, mas existe um conjunto de salvaguardas e juntando as intervenções dos senhores deputados, Paulo Falcão e Duarte Pedro, há algo que o tranquiliza. Sendo este edifício um imóvel de interesse público, tem regras que não podem ser de forma alguma descuidadas, nomeadamente, como o deputado Duarte disse e muito bem, a aprovação pelo IGESPAR, mas não necessita só de aprovação mas também de acompanhamento, é obrigatório o dono da obra constituir uma comissão de acompanhamento multidisciplinar, onde se inclui, arqueólogos, historiadores de arte e outros mais, tudo isto está salvaguardado por Lei, além das regras de urbanismo e aquilo o Plano Diretor Municipal também permite. Está-se a falar de um edifício classificado que não só, tem de ter especial atenção de acompanhamento por parte do IGESPAR do edifício, mas também a área de salvaguarda, que é uma área que vai até cinquenta metros dos limites do próprio edifício, de toda a sua envolvente. -----

Disse ainda que, em termos de Fundos Comunitários, não haverá financiamento para qualquer tipo de projeto desta natureza, se não tiver o visto do IGESPAR, entidade que tutela, por isso, há algo que tranquiliza, que está para além deste protocolo, mas que existe claramente na Lei. Há exemplos por todo o país, situações destas, uns que correram muito bem e outros que correram mal e todos aprendem com estas falhas e erros. Em termos de garantia para o município, há um compromisso em que o prazo de obra será de 24 meses e há compromissos do género, não podendo manter-se por mais de 12 meses seguidos sem atividade, sob pena de resolução do presente contrato para o primeiro outorgante. -----

O Senhor Presidente continuou, dizendo que as exigências de um Quadro Comunitário e que têm sido cada vez maiores, ao ponto de ter havido devoluções dolorosas de verbas que, de acordo com a União Europeia foram recebidas indevidamente, tem havido um rigor extremo no acompanhamento e no financiamento destas obras, que não vai ser financiado todo à cabeça, poderá eventualmente, não sabendo se neste caso essa figura existe, haver um pedido antecipado de pagamento, um adiantamento, mas depois as verbas dos fundos comunitários serão libertadas à medida que a obra vai sendo feita. -----

Disse ainda terem sido muitas horas de reflexão sobre este assunto, consultas de diferentes entidades, consultas a exemplos de outros municípios, muita legislação lida, acredita que se tem um contrato que irá salvaguardar os interesses do município de Sardoal e que permitirá que se tenha brevemente um equipamento estruturante, fundamental para a estratégia da Câmara e não só, também para a estratégia desta região. Infelizmente não existe neste momento um equipamento com esta qualidade, com aquilo que se prevê que seja, ou com esta resposta em termos hoteleiros, numa região para além dos limites destas fronteiras. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo ser de louvar a vontade e ambição do Presidente da Câmara e restante executivo em remodelar e transformar a Casa Grande, num hotel de charme. Este assunto já veio há algum tempo a uma outra Assembleia Municipal, pensa que até por alguém do público, que mostrou a grande necessidade em remodelar aquela casa ou pelo menos fazer alguma intervenção. É certo que subscreve algumas palavras do Senhor deputado Paulo Falcão porque de facto tudo tem de ser feito com muita cautela porque se trata de um empreendimento de grande envergadura que, além de ser mais do que necessário, depois também se pode mostrar demasiado perigoso. O que o preocupa é o grande volume de pareceres que vão ser necessários e como se sabe,

alguns deles têm alguma morosidade e depois é capaz de implicar algumas alterações àquilo que está inicialmente previsto e que poderão provocar dissabores adicionais para o município, dando o exemplo de uma obra noutra concelho. Esta é uma obra grande, necessária, é boa, de grande envergadura é uma infraestrutura importante, mas em termos de contrato, na sua opinião, tudo tem de ser muito bem feito, muito bem visto, para que o município não possa vir a ficar com m ais uma batata quente em mãos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, referindo que o Senhor Presidente iniciou o seu discurso sobre este tema, em que diz que este executivo definiu uma estratégia e bem, apoiada no turismo religioso, para existir um maior retorno económico, todos estão de acordo, para criar mais postos de trabalho, encantados da vida e, de forma a fixar as pessoas. Mas, sobre este contrato de concessão do direito de uso, o primeiro considerando que tem de se ter em linha de conta é que não se pode abstrair com a verba que o município teve de despender nos anos de 1980, 1988 e 2000, entendendo que o município teve à sua disposição programas comunitários que lhe permitia melhorar a mesma e não os souberam aproveitar, causando-lhe alguma estranheza não existir abertura de um concurso público. A primeira questão que coloca a este executivo é se é contra a livre e salutar concorrência. Pelo prisma da bancada parlamentar do PS e em nome da transparência e da própria salvaguarda de quem decide, era a medida que esta bancada elencava e que parece mais ajustada. Também causa algumas dúvidas, no contrato não se exigir uma garantia bancária ou outro tipo colateral, capaz de mitigar o próprio risco e de salvaguardar de outra forma, muito mais assertiva a defesa daquele património. Questionou ao Senhor Presidente se tinha, assim como à sua equipa, noção do que é um prazo de cinquenta anos para uma empresa, tendo em conta a volatilidade e as incertezas. Por outro lado também lhe parece que se está a construir a casa pelo telhado, pois o primeiro passo que deverá ser dado é uma consulta e dar conhecimento ao IGESPAR, tendo em conta que é um edifício classificado. Onde está o plano de negócios deste contrato, perguntou, a referir que seja viável e exequível a exploração daquela atividade, onde estão as premissas de valorização do edifício. Todos os que ali estão reunidos à volta daquela mesa, esperam que o executivo tenha noção da responsabilidade que lhes está adstrita em ofertar de bandeja, neste caso de ouro, um património que é de todos, que é de valor cultural e histórico incalculável, por isso esta bancada reafirma e, atendendo a tudo o que foi exposto, o porquê de não se ter aberto um concurso público a possíveis interessados e estar-se apenas cingido a um promitente interessado. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que a questão de Fátima não existe se calhar na Europa algo parecido, porque o turismo de Fátima é um turismo de um dia, de umas horas, para 90% dos turistas é claro que há sempre uma franja, muitos deles já nem são turistas, porque já têm a sua segunda ou terceira habitação em Fátima e deslocam-se lá o tempo que entendem. Não tendo a ambição de explicar o que é o turismo religioso em Fátima, esta poderá ser uma questão basilar em toda esta questão e na estratégia que o executivo decidiu mas, é preciso arranjar programas para que as pessoas possam estar no Sardoal por mais que um dia ou por mais do que umas horas, o concelho tem vários atribuídos que podem ajudar neste sentido, e esta não é uma tarefa difícil, existem os vinhos, o turismo religioso, a pesca em Castelo de Bode e, até se pode vir a ter a pesca na barragem da Lapa, o concelho também é muito rico no turismo natureza, com os percursos pedestres e o próprio btt ou até desportos motorizados. O concelho tem argumentos nesse sentido. -----

Quando o Senhor Presidente da Câmara se referiu à questão da falta de equipamentos na área da restauração, até pode aceitar a preocupação do Senhor Presidente, mas, causa-lhe estranheza quando ao domingo haja restaurantes nesta vila que estejam encerrados, será porque os donos assim o entenderam ou porque não há clientes ao domingo. Existe outra questão que tem a ver com a própria viabilidade económica daquilo que se está a projetar. No Sardoal já se tem este serviço, eventualmente com outra dimensão, mas, tanto quanto sabe, não está em 30%/ ano em máxima ocupação, se calhar gostariam os proprietários que assim fosse, se calhar, também se pretende agora, dar outro impulso ao turismo e a estas atividades, questionando se será suficiente para rentabilizar um investimento na ordem dos 4 milhões de euros, porque em termos de viabilidade tudo isto é muito complexo, dando o exemplo de uma obra noutra concelho. -----

O Senhor deputado referiu existirem, neste processo, muitas questões que o preocupam, tendo já sido frisada a questão do concurso público, estranhando muito que este tipo de projetos não passem por um concurso público, pois na sua opinião dar-lhe-ia transparência, não estando em causa ser um hotel, seja de charme ou de low-cost, é o procedimento em si, que lhe provoca muita relutância, porque, de alguma forma pode abrir portas, para que no futuro, outros investidores ou pseudoinvestidores se manifestem interessados em desenvolver outras atividades com outro património, porque o município tem outros património que não tem nesta altura sem condições para fazer manutenção, dando o exemplo do antigo externato. Sente que falta o projeto de manter o património. -----

Este edifício quando foi comprado inicialmente tinha três grandes objetivos, instalar uma biblioteca, que em parte está, criar um museu, na altura havia uma expectativa para uma coleção e peças de arte, que acabou por ser gorada, e, estender ao local serviços da Câmara Municipal, se assim fosse necessário, e o que é certo é que muito pouco foi feito para concretizar estes objetivos ou definir novos e pelo menos para manter o edifício. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o edifício em causa é realmente importante e muitos dos deputados, já o são há muitos anos, nunca tendo ouvido uma palavra de preocupação em relação aquele edifício e, se estiver engando, pediu que se provasse com as atas. Quase todos têm andado muito distraídos, fazendo referência ao Boletim Municipal número 63 de julho/setembro de 2010, em que na nota de abertura, escrita pelo Vice-Presidente da altura, refere *“Também nas festas teremos oportunidade de tomar contacto com o futuro da Casa Grande, a par de uma exposição especialmente concedida e montada para as jornadas do património será apresentada uma antevisão daquilo que queremos para este espaço, o centro de estudos do património e o arquivo histórico municipal. O Sardoal precisa, o Sardoal merece.”* Esta sua preocupação é muita, é grande e já de há muito tempo. Não foi preciso esperar que alguém apresentasse uma solução para que isso, para si, começasse a ser uma preocupação. -----

Dirigindo-se ao Senhor deputado Miguel Alves desse que não bastava chegar e dizer que houve candidaturas e fundos comunitários, questionando quais e pedindo para o Senhor deputado mostrar um que tenha existido no Quadro Comunitário anterior para recuperação destes edifícios. Fez referência ao PO Regional Centro, no qual o Sardoal se inclui, e às candidaturas tipo II, valorização do espaço regional, sendo que a única candidatura que conhece e esteve atento, até porque estava à procura de um solução para esta ideia que tinha, porque era urgente encontrar uma solução para a Casa Grande, teve início no dia 11 de fevereiro de 2013 e encerrou a 1 de março de 2013, *“deste modo as autoridades que estão através da deliberação de 18 de dezembro de 2012, decidiu a realização de um convite à direção regional de cultura do centro para apresentar as seguintes candidaturas cujo objetivo é minimizar o risco de degradação do património, Casa do Passal, Sé da Guarda, Sé de Viseu, Sé de Leiria, Semide, Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Igreja de Vista Alegre, Igreja do Carmo – cobertura”*, diz o aviso de candidatura. O único aviso que está ainda hoje no site dos programas operacionais do QREN, dentro daquilo que foi a sua gestão autárquica, não só neste, mas no anterior mandato, este é o único. Infelizmente nos quatro anos anteriores, teve-se um QREN que não funcionou, infelizmente para

todos e fruto disso é a obrigação de devolver algum dinheiro à Europa. O Senhor Presidente referiu perceber as preocupações do Senhor deputado Miguel Alves, mas não basta só dizer que existiram, tem de dizer quais, porque não teve conhecimento e apesar de ter estado atento, alguma candidatura lhe poderia ter passado ao lado, mas também faz parte do estatuto da oposição e da obrigação dos deputados como oposição, estarem atentos e fazer sugestões, lamentando que a Casa Grande seja assunto porque agora há uma luz ao fundo do túnel que não a vai deixar cair. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo que em relação à viabilidade económica, o estudo de viabilidade económica tem de ser apresentado pelo promotor ao QREN, ou à Europa 2020, não passa pela cabeça de ninguém, só porque o Senhor deste empresa ou esta empresa vai chegar a Coimbra ou a Lisboa e diz precisar de um montante para uma obra, muito pelo contrario, o próximo Quadro Comunitário vai ter um impacto regional, ninguém vai dar dinheiro para uma coisa que, se ela existir na região, o investidor terá de apresentar uma estratégia integradora, regional para que seja aprovado o financiamento, o que se está a falar naquela momento, está-se só a falar de 50% do processo, os outros 50%, não é a Câmara que irá tratar dele. O facto de o assunto estar a ser debatido, não quer dizer que se terá a certeza de que vai ser arranjado, porque existe um IGESPAR, que à cabeça vai dizer e vai definir as regras para recuperação desta casa, que é um imóvel classificado de interesse público e nisto a Câmara está descansada. Sobre a garantia bancária, questionou se se quer melhor garantia bancaria, do que o facto de, se a obra correr bem, haver retorno e, se não correr bem, o edifício voltar para o município, garantindo que não voltará de certeza pior do que aquilo que está, porque acredita que, se a obra for para a frente, haverá investimento, havendo financiamento, alguma coisa será feita e, se algo for feito, como diz nas cláusulas do contrato, se passado um ano o edifício deixar de ter a função para que foi protocolada, retorna num prazo de sessenta dias ao município. Diz ainda que, se por acaso o investidor ou o segundo outorgante, quiser prolongar esse prazo, terá de pagar ao município, 5000€/mês. -----

Relativamente à transparência, confunde-se a mesma com coragem, assumindo claramente que tem coragem política, não existindo nada mais transparente do que este processo, alguém que propõe algo e a Câmara aceita, pode-se não concordar, podia-se ter ido para um concurso, podiam ser feitos dois, três concursos, mas não existe nada mais transparente do que este processo. É transparente, a Lei permite, haja coragem política para o fazer e, é disso que se está a falar. Anda-se desde o ano de 2000 esquecidos de que este património existe. O que não se pode, de maneira alguma, é adquirir

património do valor que este tem, a Casa Grande foi adquirida pelo valor de 199 mil euros, tendo um valor patrimonial atual de 195 mil euros, o outro edifício onde se encontra o parque de máquinas, 1259 euros e tem o valor patrimonial de 75 mil euros, aqui está a transparência. O que não é correto e alguns dos senhores presentes naquela sala, permitiram que esta compra fosse feita e nunca se lembraram que o edifício não estava a ser usado e que estava em avançado estado de degradação e à medida que o tempo ia avançando a degradação era maior. Não faz sentido fazer um investimento destes, sem que para ele se tenha uma ideia, projeto ou garantia, que a Câmara não o vai deixar cair e é isso que naquele momento se está ali a fazer e isto para a Câmara é que é importante. -----

Em relação aos equipamentos que já existem no concelho, disse não ter nada a ver, as pessoas têm de se ser realistas, são clientes completamente diferentes, um cliente que vai para um hotel de charme, aquilo que está a oferecer, que tem no mínimo quatro estrelas, não é o cliente que vai para as respostas existentes, não existe concorrência absolutamente alguma. -----

Relativamente à estratégia de turismo do executivo, pediu aos deputados para não ficarem distraídos, porque na verdade e, infelizmente, o concelho depara-se com muitas visitas turísticas de grupos organizados, inclusivamente no sábado das festas do concelho, veio um grupo de cerca de 50 pessoas do Centro Social da caixa geral de depósitos e lamentavelmente houve grande dificuldade para que comessem no concelho, questionando se se sabe o que é que acontece se o concelho não tiver essa resposta, vêm visitar mas depois o investimento é feito em outro concelho, vão criar trabalho e riqueza noutra concelho, porque o Sardoal não consegue adaptar uma coisa à outra e está-se a tentar ultrapassar essa situação. -----

A questão do IGESPAR não faz qualquer sentido, se aquela entidade em determinada altura, não aprovar o projeto a primeira coisa que fará é apresentar propostas de alteração ao mesmo, sempre com garantia de salvaguarda do património que existe. Depois em obra haverá a tal comissão de acompanhamento que é obrigatório ter, porque se está a falar de um edifício classificado de interesse público, que ao mais pequeno deslize ou desvio daquilo que está projetado, tem a obrigação de informar o IGESPAR e se for caso disso, manda parar a obra e repor aquilo que é os interesses patrimoniais e, estas situações não precisam de estar protocoladas, porque estão na Lei.-----

Sobre o retorno económico, da parte do município, tudo fará para haver atividade, para ter pontos de interesse, períodos de interesse para que se tenha muitos visitantes, que não utilizem só este equipamento, mas que atravessem a rua e vão comer um bolo à pastelaria da frente, que possam ir

comprar um vinho aos nossos produtores e vendedores de vinho, que possam comprar o pão e as tigeladas da Artelinho, que possam animar a nossa economia. Isto é a única coisa que move a Câmara em relação a este protocolo e a este projeto. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras para realçar alguns aspetos que acha importantes, nomeadamente o hotel de charme de 4 estrelas, passará a ser uma referência para o concelho, passará a ser muito importante só por si, com tudo aquilo que poderá vir a atrair. Fala-se de um investimento de 4 milhões de euros, certamente serão subsidiados por fundos comunitários mas que será realizado no Sardoal e a obra fica, o investimento é feito e o dinheiro é gasto no concelho. Doze a quinze postos de trabalho diretos, é importante e é de realçar neste tipo de situação, pois o concelho precisa de postos de trabalho, mais os indiretos. O facto de o promotor que não tem aqui um caso isolado e vai articular com outras infraestruturas que já tem noutros locais, ou seja, é alguém com experiência neste tipo de situação. O facto de o município também ter algum trabalho a fazer na articulação dos circuitos, património existente, das igrejas, tudo o que já existe no Sardoal como ponto de atração. Tem-se no Sardoal uma oportunidade de ter uma infraestrutura que Abrantes já fala há tanto tempo em ter e o que aconteceu, foi o encerramento do principal ponto de dormidas. Não se vai ter investimento da parte do município. Com muito cuidado na fase contratual, é de opinião que será excelente para o Sardoal.-----

O Senhor deputado Vito Pires apresentou uma declaração de voto, cujo teor é o seguinte: -----

“ Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, desde o primeiro dia que tive conhecimento de que tinha aparecido alguém interessado em fazer a obra que já foi aqui mais do debatida e rebatida, os contras e os porquês, estou perfeitamente de acordo também com esses alertas que foram feitos, para que efetivamente haja uma garantia de que a obra é uma realidade e que se ela vai concretizar, não quero deixar de manifestar o meu voto de confiança perante o executivo da Câmara, perante a coragem política que teve, por levar adiante este projeto e oxalá ele seja uma realidade, por considerar e considero que é uma mais grande valia para o nosso concelho, para além com todos os problemas, se tem isto, se tem aquilo, se não tem, oxalá ele já estivesse a funcionar amanhã, porque nós necessitamos. Isto não é só para a freguesia de sardoal, é para o concelho, é para a região. Reparem a quantos quilómetros daqui há uma unidade hoteleira, aonde existe. Portanto, meus senhores, acho e, no meu entender e estou plenamente a favor do executivo desta Câmara por levar adiante esta magnífica obra, oxalá que ela seja uma realidade”. -----

A bancada parlamentar do PS apresentou declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“ Exmo. Sr. Presidente,

Os Deputados Municipais, eleitos pelo Partido Socialista, votam contra a aprovação do Contrato de Concessão de Direito de Uso, apresentados a discussão na sessão da Assembleia Municipal de 30/09/2014, baseados nos seguintes fundamentos:

- O procedimento proposto para a cedência prejudica a transparência do processo. Não permite perceber se existem outros interessados, e recolher propostas dos mesmos. Entendemos, e propusemos, a realização de um concurso público, procedimento este que permitiria tratar o processo com toda a transparência.

- Não foi realizado qualquer estudo de viabilidade do projeto, que garanta que a atividade a desenvolver possa vingar, e represente um facto diferenciador do concelho na região. Não basta aceitar ou querer um hotel. É necessário que o mesmo perdure.

- Não foi realizado qualquer concurso ou debate de ideias com vista a procurar atividades alternativas para o imóvel em causa. Será esta a atividade mais adequada para aquele espaço?

- A sociedade em causa está em condições de assegurar os investimentos? Sendo uma sociedade anónima, não é possível conhecer os sócios da mesma. Atendendo à natureza da operação, é importante conhecer quem são os nossos parceiros, agora e no futuro, se existirem alterações na estrutura acionista da sociedade.

- O contrato não prevê qualquer garantia real a favor do município, e estende-se por um largo período de tempo, que nos deixa dúvidas quanto a sua legalidade.

- A cedência gratuita é outro aspeto como qual não concordamos nem podemos aceitar. Não é prática corrente entre privados, nem entre entidades públicas e privados, com exceção das entidades sem fins lucrativos, que não é o caso.

- Somos pela defesa do património. E especialmente do património com história, como é o caso, classificado pelo IGESPAR, organismo este que não foi sequer consultado.

Não compreendemos como é possível, ao fim de tantos anos, não ter sido elaborado um projeto para a recuperação e utilização deste edifício. Deste e de outros espalhados pela vila do Sardoal e pelo nosso concelho. As prioridades são outras. Mais difícil de perceber é que, além de, como dizem, não terem capacidade de recuperar e manter o património já existente, ainda se lançam em processos de aquisição de outros edifícios, como é o caso da Padaria.

E este, a quem interessa?

O que se segue? Uma rent a car, um infantário ou escola particular, transportes públicos,

Só o tempo o dirá.

Este procedimento é de tal forma difícil de compreender, e explicar, que poderemos estar na presença de um projeto, não para inglês ver, mas só para mostrar nas festas.

Por tudo isto, meus Senhores e minhas Senhoras,

Manifestámos o nosso voto contra.” -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para alegar a defesa da honra, sabendo que não é costume responder a declarações de voto, mas atendendo à defesa da sua honra, gostaria de fazer uma declaração, perante o que acabou de ouvir, referindo que o Senhor deputado em nome do grupo parlamentar do PS, fez algumas declarações, que considera graves, à sua honra e à honra daqueles que consigo votaram a favor deste projeto, lançando um desafio, ao deputado em causa, dentro daquilo que são as obrigações, deveres e competências como deputado, disponibilizando todos os documentos do processo para que o envie à Inspeção Geral de Finanças, à Direção-Geral das Autarquias Locais e, se assim entender e, acha que o devia fazer, ao Ministério Público, sob pena de considerar que os poucos votos que os sardoalenses depositaram no Senhor deputado, não foram merecedores. -----

Considerando a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 15 de setembro de 2014, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar o Contrato de Concessão do Direito de Uso, com a seguinte votação: 12 votos a favor, da bancada parlamentar do PSD, 3 abstenções da bancada parlamentar do GIS e 4 votos contra, da bancada parlamentar do PS. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6. Norma de Controlo Interno;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este documento tem uma vertente muito técnica, proposta pelos dirigentes, técnicos superiores e chefes de divisão no âmbito da formação que fizeram do Centro de Estudos e Formação Autárquica, sendo um documento que faz falta e que foi referido também no relatório da inspeção como necessária a sua atualização, que é isso que é proposto. -----

Considerando o Decreto-Lei nro.54-A/ 99, de 22 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Norma de Controlo Interno com a seguinte votação: 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o município, Senhor José Ambrósio, para falar da Casa Grande, referindo que se tiver viabilidade, será um bom negocio mas, pensa que, o sítio onde está o parque de máquinas também está incluído. A autarquia está descapitalizada, questionando quanto irá custar a edificação de um edifício para um novo parque de máquinas e se, nessa negociação, não poderia ser incluído esse edifício. -----

Disse ainda lamentar que, tendo tido atenção a tudo, não houve nada que o ofendesse pessoalmente, considerando a reação do Senhor Presidente um bocado intempestiva. -----

O Senhor Presidente da Mesa chamou a atenção do munícipe, dizendo que a consideração feita à atitude do Senhor Presidente da Câmara, estava a ser abusiva. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a instalação dos equipamentos e oficinas que estão naquela zona, é uma situação que está acutelada, considerando que a Autarquia tem outros espaços que, com pequenas adaptações, se poderá fazer, não sendo isto que vai condicionar a Casa Grande. -----

Referiu ainda o Senhor Presidente da Câmara prezar muito a sua dignidade e a sua honra. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos', da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____